



# Análise de Conjuntura

Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Os textos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. O boletim destina-se a promover discussões sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

## G20: apesar dos afagos, divergências persistem

*O comunicado final do G20 continua a refletir as divisões do grupo com respeito às políticas a serem adotadas.*

*O Brasil defendeu linhas de crédito em apoio ao comércio internacional e apoiou a retomada da rodada de Doha na OMC. Grã-Bretanha, Canadá, Índia e Turquia também se posicionaram contra o protecionismo.*

*Quanto à regulamentação dos mercados financeiros, a Grã-Bretanha defendeu maior controle dos fundos offshore (paraísos fiscais). Canadá, União Européia, França, Alemanha, Itália, China também apoiaram uma regulação mais severa dos mercados financeiros internacionais. Os EUA evitaram a questão da regulamentação, mas defenderam uma solução para os ativos podres e concordaram com um maior controle dos fundos offshore.*

## Variedade de temas

Algumas questões postas na mesa: a Argentina demandou maior poder para as economias emergentes, a Austrália, maiores recursos para o FMI e um papel mais importante da China neste organismo internacional. O Brasil reivindicou maiores recursos para o FMI e maior poder de decisão para as economias emergentes. A China pediu maior poder de decisão e criação de novos mecanismos de reserva cambial internacional e o Canadá o aumento dos recursos do FMI.

### **Expediente**

Boletim de Análise de Conjuntura (BAC). Ano 1, nº 6. Quinta-feira, 9 de abril de 2009.

Colaboraram neste número: Marcelo Barroso Lacombe (coordenador), Marcos Pineschi Teixeira e Bernardo Estellita Lins.

*O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Destina-se a promover o debate sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.*

E a lista não para por aí: o México posicionou-se pelo reforço do papel do FMI no suporte das economias emergentes, acompanhado pela África do Sul, que defendeu um papel mais efetivo dos organismos internacionais na gestão do sistema financeiro. A Rússia também apoiou o fortalecimento dos organismos internacionais e uma maior participação das economias emergentes no processo decisório destas organizações. A Índia defendeu mais recursos para as economias emergentes e sua maior representação no FMI.

A Grã-Bretanha e o Canadá defenderam medidas urgentes para a retomada do crescimento. A Indonésia defendeu a harmonização internacional de medidas de estímulo econômico e o México e Turquia, a coordenação de medidas fiscais em nível mundial. O Japão mostrou-se principalmente preocupado com a implementação de medidas de curto prazo para a solução da crise.

### Um conselho de estabilidade financeira

O comunicado do G20 propôs a criação de um conselho de estabilidade financeira, compreendendo os países do G20 e outras grandes economias, encarregado de detectar crises macroeconômicas e financeiras e recomendar ações para sua solução. O conselho decidirá por consenso, o que torna difícil esperar do mesmo grande agilidade. Além disso, o cumprimento das medidas recomendadas é delegado ao âmbito da discricção internas dos países.

O primeiro relatório do conselho será divulgado na Escócia, em novembro de 2009, na próxima reunião do G20.

### Paraísos fiscais, aportes financeiros, livre comércio...

O Grupo também concordou em impor sanções aos fundos *offshore*, muito embora países como China, EUA, Grã-Bretanha e outros membros da União Européia (por exemplo, Luxemburgo e Irlanda) possuam paraísos fiscais em seus domínios ou sejam considerados como tais. Mas a primeira lista de sanção da OCDE contra esses paraísos fiscais gerou controvérsias com países como Uruguai e Suíça, que protestaram contra os critérios utilizados.

Também foi anunciada a liberação de 1,1 trilhão de dólares para combater a crise financeira. Setecentos e cinquenta bilhões serão liberados para o FMI, sendo quinhentos provindos de novos aportes por parte dos países do G20 e duzentos e cinquenta bilhões na forma de novos DES (Direito Especial de Saque). Outros duzentos e cinquenta bilhões foram destinados para linhas de crédito de estímulo ao comércio internacional e cem bilhões para bancos multilaterais de desenvolvimento.

Apesar do estímulo fiscal ser considerado significativo, a ausência de acordo sobre uma reforma do sistema financeiro mundial ainda gera indagações, entre especialistas, sobre a efetividade do pacote de medidas. Inclusive porque a

capacidade de monitoramento do FMI limita-se aos países que voluntariamente procuram a assistência da instituição

O comunicado mostra-se ainda mais ambivalente em relação ao livre comércio. Os EUA prometeram não implementar políticas protecionistas, mas essa promessa limita-se aos acordos internacionais já firmados. Leia-se NAFTA e OMC. E países como China e Índia, que não são signatários dos acordos sobre subsídios governamentais da OMC, não abrem mão de continuar com suas posições atuais. Nesse contexto, por exemplo, discussões sobre a taxa de câmbio chinesa e sua necessária valorização foram silenciadas.

## Diversificação das exportações

*Enquanto as negociações internacionais seguem adiante, os números da balança comercial em março indicam que se reduz a participação dos Estados Unidos como destino das exportações brasileiras, ao passo que a China vem mostrando ser um comprador cada vez mais expressivo dos nossos produtos.*

*Em 2002 os Estados Unidos adquiriam 26% das nossas exportações, patamar que, à época, era quase idêntico ao da União Européia, e superior à participação da América Latina, que recebia 18% de nossas vendas.*

*Em 2008 a participação dos Estados Unidos caiu para 14%. E chegou a apenas 11% no primeiro trimestre de 2009, já sendo, assim, suplantada pela China (12%) e pela América Latina (20%, respondendo o Mercosul por quase metade desse montante).*

*A União Européia manteve, ao longo desses anos, uma participação de cerca de 25% em nossas exportações.*

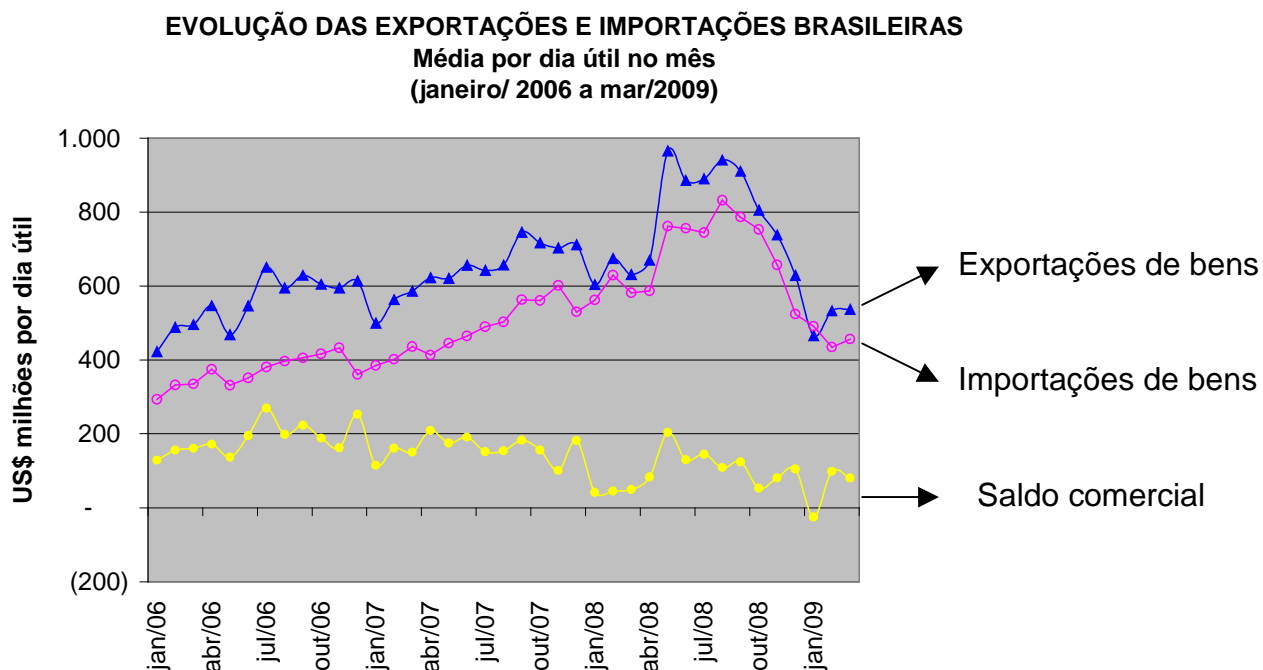
### Os efeitos sobre o volume exportado

A redução da participação dos Estados Unidos como destino das exportações brasileiras poderia, eventualmente, amenizar os impactos sobre o setor exportador.

Contudo, em um ambiente globalizado, as economias estão submetidas a ciclos econômicos cada vez mais sincronizados, especialmente quando os choques relevantes ocorrem nos países desenvolvidos, que representam uma expressiva parcela da economia mundial.

Desta forma, a substituição dos Estados Unidos por outros parceiros comerciais não evitou a redução das exportações brasileiras a partir de setembro de 2008.

Houve uma leve recuperação no mês de fevereiro e estabilidade em março de 2009. Ainda assim, as médias de exportação por dia útil retroagiram aos patamares observados há dois anos, no início de 2007.

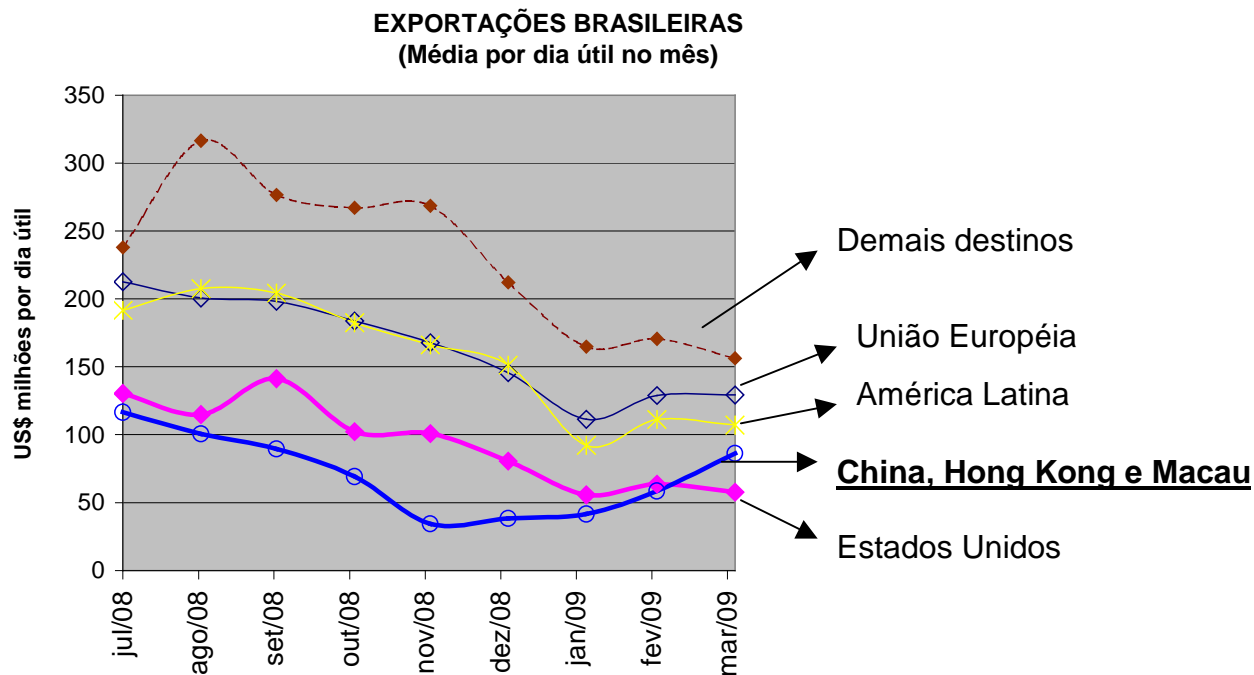


Fonte: elaboração própria a partir de dados do MDIC

A retração das exportações brasileiras ocorrida no segundo semestre de 2008 não foi restrita aos países desenvolvidos, mas foi disseminada a diversos parceiros comerciais.

Com efeito, desconsiderando-se os destinos representados por Estados Unidos, União Européia, América Latina e China (que em março responderam, em conjunto, por 71% de nossas vendas ao exterior), as exportações brasileiras aos demais países apresentaram retração de 51% no período compreendido entre agosto de 2008 e março de 2009.

No caso particular das relações com a China, houve uma significativa recuperação a partir de janeiro. Destaque-se que as importações vindas daquele país se mantêm estáveis, resultando em pequeno superávit a favor do Brasil, o que não acontecia desde agosto de 2008.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do MDIC

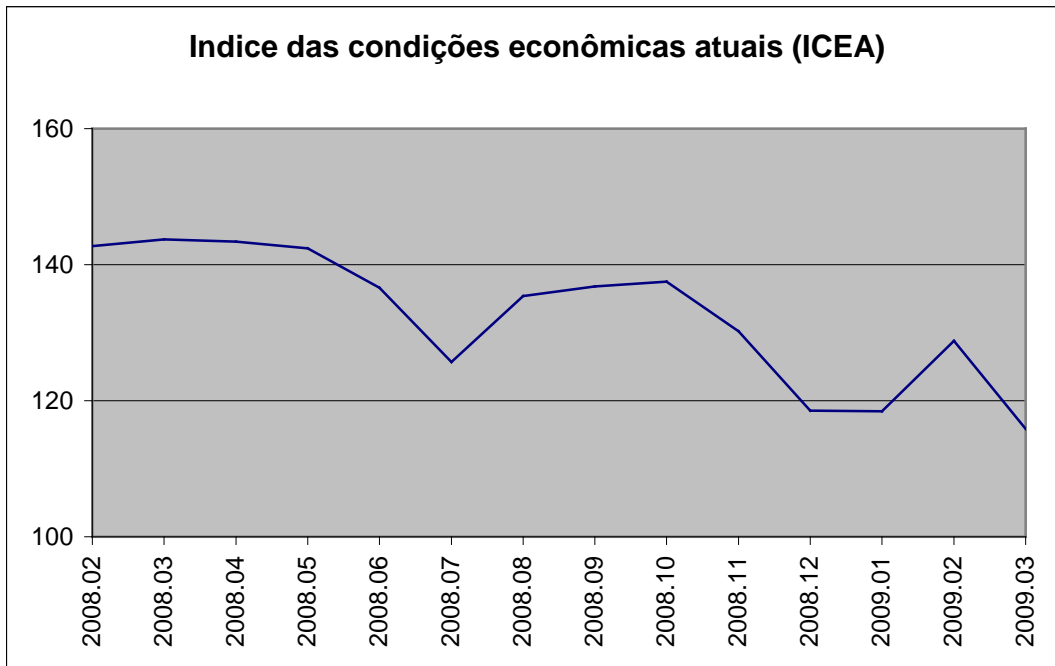
## Incerteza persiste e investimento é prejudicado

*Os dados relativos à economia não traçam um panorama claro. Nos EUA, a gestão de Obama parece restaurar a confiança do consumidor na recuperação. Os solavancos do mercado de ações nos últimos dias, antecipando nova crise bancária, indicam que este sucesso preliminar pode não se sustentar.*

*No Brasil, em contraste, as expectativas de consumidores e empresários não melhorou e, no longo prazo, a paisagem continua dúbia. O indicador de confiança da Feicomércio de São Paulo voltou a cair em março, após leve alta no mês anterior. Outros indicadores apresentam comportamento similar, com estabilidade ou queda em março.*

### Queda do investimento privado

Um efeito importante desse pessimismo é a queda do investimento privado. Para a indústria de bens de capital, trata-se de uma notícia preocupante. E a tendência dos indicadores do IBGE para o setor revela uma desaceleração em fevereiro, em relação ao mês anterior.



Fonte: Feicomércio/Ipeadata

Em janeiro as notícias não haviam sido melhores: se por um lado a produção local, considerando os indicadores dessazonalizados, apresentava ligeira recuperação, as importações e a demanda por linhas de crédito do BNDES para compra de máquinas haviam reportado quedas de cerca de 13% e 6%, respectivamente.

O mercado de bens de capital tem um leve sabor do amanhã. Seus indicadores revelam um pouco do que poderá ocorrer mais adiante na indústria e no agronegócio. O recuo do setor mostra que os empresários preferem não arriscar neste momento. É a psicologia afetando as decisões econômicas...